



CONGRESSO NACIONAL

VETO PARCIAL Nº 11, DE 2014

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2014

(nº 6.565/2013, na Casa de origem)

(Mensagem nº 161/2014, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 28, de 2014 (nº 6.565/13 na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional”.

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 1º-C do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, acrescentado pelo art. 1º do projeto de lei

“§ 1º-C. Os integrantes do quadro efetivo de Guardas Portuários poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

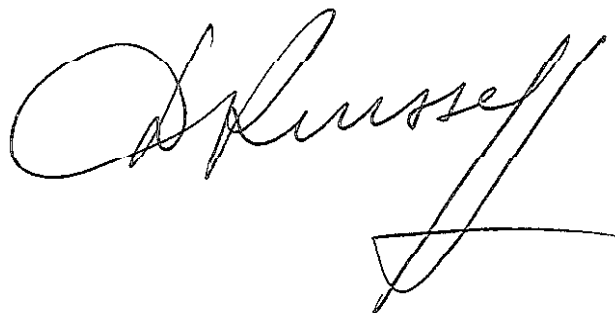
- I – submetidos a regime de dedicação exclusiva;
- II – sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e
- III – subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.”

Razões do veto

“A medida original pretende autorizar o porte de arma a categorias específicas, em razão das características de suas atividades, com base em dados concretos que comprovaram a necessidade de sua autorização. A extensão propostas nesses dispositivos não tem amparo equivalente, o que poderia resultar em aumento desnecessário do risco em decorrência do aumento de armas em circulação, em afronta à política nacional de combate à violência e ao Estatuto do Desarmamento.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 17 de junho de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russell'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'A' and a long, sweeping horizontal stroke at the end.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2014 **(nº 6.565/2013, na Casa de origem)**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º-R e 1º-C:

“Art. 6º

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

- I – submetidos a regime de dedicação exclusiva;
- II – sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e
- III – subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

§ 1º-C. Os integrantes do quadro efetivo de Guardas Portuários poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

- I – submetidos a regime de dedicação exclusiva;
- II – sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e
- III – subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

(À Comissão Mista)

Publicado no DSF, de 2/7/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 12967/2014